

# Presidente traçará linha administrativa

JORNAL DE BRASÍLIA

SARNEY

**Belém - (do enviado especial) —** O presidente José Sarney vai traçar as linhas básicas de sua política administrativa e financeira, no pronunciamento que fará à Nação, através de uma cadeia nacional de rádio e televisão, às 20h30min da próxima segunda-feira, 22. Sarney começa a gravar este pronunciamento às 10 horas desta manhã, no Palácio da Alvorada. É esperado o anúncio de uma política de endurecimento com o FMI.

Vários assuntos vão servir de subsídios da linha-mestra do pronunciamento de Sarney à Nação. Os relatórios que os ministros de Estado enviaram ao presidente, contando a situação em que encontraram suas pastas, deixada pelo governo anterior, será um desses subsídios. As reivindicações que todos os

governadores de Estados — com exceção do governador do Território de Fernando de Noronha — fizeram ao presidente, na reunião do Pacto do Alvorada, dia 17, também estarão presentes no discurso.

20 JUL 1985

O pronunciamento desta segunda-feira vai durar entre quinze e vinte minutos. Nele, Sarney fará ainda uma retrospectiva geral sobre a situação administrativa-financeira da União e traçará, por outro lado, algumas perspectivas futuras. Sarney não fará um balanço dos seus 120 dias de governo — já publicado pela sua Secretaria de Imprensa e Divulgação. Mas anunciará ao país qual será a nova política do governo para com o Fundo Monetário Internacional, entre outros temas.

## Deputado pede coerência

Em seu discurso da próxima segunda-feira, o presidente José Sarney terá que assumir «posições claras, coerentes e corretas», e anunciar as medidas necessárias no campo econômico e social, ainda que essas medidas sejam amargas. A opinião é do deputado Humberto Souto (PFL-MG), ao afirmar que, agora, o presidente da República «tem respaldo suficiente» para tomar uma posição firme, desde que as medidas a serem anunciadas, «ainda que amargas», sejam «realmente necessárias».

### Imposto de renda

Humberto Souto diz que, dentro desse comportamento, o presidente da República tem que manter «transparência absoluta» em relação a tudo o que está sendo feito pelo governo, enfatizando que nos governos anteriores ocorria exatamente o contrário. Ele citou o caso do congelamento da tabela do Imposto de Renda, que acabou não ocorrendo, frisando que Sarney ainda não havia se decidido pela medida, que tinha apenas sido divulgada.

Observa o parlamentar que, embora tenha sido uma medida proposta pela equipe econômica, Sarney decidiu contra ela após

sentir a repercussão por parte da opinião pública e da classe política. «Nos governos anteriores — exemplifica — quando Delfim Netto soprava uma medida no ouvido dos presidentes, dizendo que aquilo deveria ser feito, nem Deus mudava essas medidas».

O parlamentar concorda, no entanto, que as medidas amargas não podem mais atingir os trabalhadores, que já deram sua cota de contribuição. Elas devem cortar, por igual, os privilégios de todos os segmentos, mas não devem mais atingir «nem a classe trabalhadora, nem a classe média». Ele considera que é preciso apenas «tirar as gordurinhas de quem ainda as tem», observando que, dependendo da maneira como essas medidas forem anunciadas, todos as compreenderão. Considera que «medidas amargas» só podem ser consideradas «impopulares» quando não estão comprometidas com os anseios da Nação, mas como as classes populares já deram sua contribuição, dificilmente poderão ser atingidas por essas medidas. Portanto ele não acredita que sejam anunciadas «medidas impopulares».